

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS CONCEITOS META-HISTÓRICOS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA AVALIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO (PNLEM) (1997-2005)¹

Kleber Luiz Gavião Machado de Souza

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, integrante do grupo de Pesquisas em Ensino de História (GPEH/UFS).

kleberluiz.ufs@gmail.com

Resumo: Este trabalho investiga as mudanças e permanências nos conteúdos conceituais de duas coleções de História antes e depois de sua avaliação pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). O objetivo desse texto é saber se as políticas públicas para o livro didático foram responsáveis por uma adequação das coleções ao que recomendam os parâmetros de análise dos editais de seleção do referido programa. Foram analisadas as coleções *História das cavernas ao terceiro milênio* de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becko Motta, nas edições de 1997 e 2005 e *História Global: Brasil e Geral*, de Gilberto Cotrim, nas edições de 2002 e 2005. Palavras chave: Ensino de História - Livro Didático - Conteúdos Conceituais.

ABSTRACT: This paper researches the changes and permanencies in the conceptual contents of two History textbooks collection before and after its evaluation carried out by 'Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)'. It is aimed at checking out if public policies for textbook were responsible for becoming suitable the collection to the requirements of analysis of announcements related to such programme. The issues of *História das cavernas ao terceiro milênio* by Patrícia Ramos Braick and Myriam Becko Motta analyzed was 1997 and 2005. Concerning the textbook *História Global: Brasil e Geral*, the issues did was 2002 and 2005 issues.

Key-words: History teaching – Textbook - Conceptual contents.

As políticas públicas para o livro didático (PNLD e PNLEM) são exemplos do processo de renovação das bases da educação nacional surgidas com a redemocratização brasileira (Cf. KNAUSS, 2009:299). A avaliação dos livros didáticos busca o estabelecimento de parâmetros de qualidade para aquilo que é comprado e distribuído aos municípios brasileiros, ainda mais com o surgimento e crescimento dos oligopólios editoriais (Cf. SPOSITO, 2010: 22-3).²

¹ Texto referente ao primeiro capítulo da Dissertação apresentada à Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS), orientada pelo Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira.

² A necessidade de uma política avaliativa e a influência dela sobre a qualidade dos livros didáticos é demonstrada por autores como Décio Gatti Júnior (2004), Hölien Bezerra (2006), Sônia Regina Miranda (2004), Tânia Regina de Luca (2004; 2006) e Maria Inês Sucupira Stamatto (2007).

Este texto tem como objetivo investigar as mudanças e permanências nos conteúdos conceituais *meta-históricos* das coleções *História das cavernas ao terceiro milênio* de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becko Motta, nas edições de 1997 e 2005 e *História Global: Brasil e Geral*, de Gilberto Cotrim, nas edições de 2002 e 2005, ambas avaliadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio (PNLEM), visando saber se o referido programa foi capaz de instaurar uma mudança de acordo com os parâmetros estabelecidos nos editais³. Além disso, procuramos saber quais são os conceitos meta-históricos mais frequentes nos livros didáticos de História avaliados pelo PNLEM.

Aqui são postas em comparação as coleções entre si e entre as edições anteriores e posteriores ao processo de avaliação do PNLEM, levando-se em conta as orientações prescritas no edital do programa.

A escolha de coleções voltadas para o Ensino Médio se justifica pela constatação de que as pesquisas sobre os conteúdos conceituais e Ensino de História ainda são rarefeitas para esse nível de ensino⁴.

Essa pesquisa está situada no campo do Ensino de História como área de pesquisa interdisciplinar, que estabelece relação entre a disciplina escolar História, a historiografia e os saberes pedagógicos, de forma a compreender os processos de ensino-aprendizagem em seus aspectos sócio-culturais, políticos e econômicos (Cf. MONTEIRO; GASPARELLO; MAGALHÃES, 2007).

³ Os critérios comuns de avaliação das obras didáticas para o Ensino Médio dividem-se em eliminatórios e de qualificação. Uma obra é automaticamente eliminada se não estiver em consonância com vários preceitos legais e jurídicos, como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2008:13). Os critérios de eliminação das obras didáticas também incluem: 1. Conceitos e informações básicas incorretas; 2. Incorreção e inadequação metodológicas; 3. Prejuízo à construção da cidadania (preconceitos). Já a qualificação das obras envolve uma série de itens que podem ser resumidos em três pontos básicos, seja nas obras ou no livro do professor: 1. Auxiliar a construção da sociedade cidadã; 2. Aspectos metodológicos e 3. Aspectos gráficos e editoriais (BRASIL, 2005:35-9). Especificamente para os conteúdos conceituais, nos interessa aqui para este trabalho o tópico “Correção dos conceitos e das informações básicas”, o edital do PNLEM destaca, dentro de seus critérios eliminatórios, que a aplicação incorreta dos conceitos de “história, acontecimento, sequência, encadeamento, períodos, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, trabalho, identidade, semelhança e diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança” implica em exclusão da obra (BRASIL, 2005:64). Além disso, o edital enfatiza como importante a “apresentação e efetiva discussão de fontes históricas, incorporando-as ao texto didático e mobilizando-as para a construção do conhecimento”, para que “introduza os alunos na metodologia própria da História, levando-os à compreensão de como se produz esse conhecimento e às garantias de uma certa objetividade” (BRASIL, 2005:69).

⁴ A pesquisa bibliográfica completa está detalhada no texto integral da dissertação.

Dentro do Ensino de História, o livro didático aparece como uma das várias possibilidades de pesquisa que esse campo possibilita. E dentre as definições existentes, adotamos a definição de livro didático enquanto

um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (FREITAS, 2009:13).

A nossa escolha se deu pela análise de seu conteúdo, que, para André Chervel (1990), constituem-se em um dos componentes de uma disciplina escolar, e juntamente com os exercícios e o seu aparelho docimológico, são o eixo central da disciplina (CHERVEL, 1990: 202-6). Para o pesquisador francês, conteúdo é tudo aquilo que se ensina em uma disciplina escolar (CHERVEL, 1990: 177).

Porém, essa é uma definição demasiado abrangente. Por isso mesmo, em nosso estudo, os conteúdos são definidos como “conjunto de conhecimentos ou formas culturais cuja assimilação e apropriação pelos alunos são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização” (COLL; POZO; SARABIA; VALLS, 2000: 12).

Particularmente, nos deteremos sobre os conteúdos conceituais, que são modos de pensar que pertencem à esfera intelectual e são responsáveis por possibilitarem o reconhecimento de classes de objetos dos quais se podem extrair características semelhantes. Os conceitos permitem “organizar a realidade e poder prevê-la” (POZO, 2004: 21-24).

No Ensino de História, os conteúdos conceituais se apresentam sob a forma de conceitos históricos e ocupam papel privilegiado no ensino da disciplina. Eles são unidades mínimas da escrita da História e, portanto, do livro didático de História (FREITAS, 2009: 26-27). Eles são veiculados na forma de proposições históricas, que podem ser entendidas como construções linguísticas que comunicam as ações do sujeito histórico, singular ou coletivo, ou de fenômenos relacionados a estes (FREITAS, 2010).⁵

Existem algumas tipificações apresentadas pelos autores para classificarem os conceitos históricos. Em nossa pesquisa, seguiremos a que é oriunda da pesquisa em

⁵ Na literatura sobre os conceitos históricos, eles figuram como matéria de discussão entre epistemólogos e teóricos da História enquanto construções linguísticas que os historiadores usam para operar sobre o passado, qualificando através deles a mudança no tempo e estabelecendo relação de sentido com o presente (Cf. KOSELLECK, 1992:136; RÜSEN, 2007:91-92).

Ensino de História, que divide os conceitos históricos em meta-históricos e substantivos (COOPER, 2000; LEE, 2002).

Os conceitos meta-históricos ou de “segunda ordem”, que são o enfoque desse trabalho, são responsáveis por munir os alunos de um vocabulário específico, que auxiliem na compreensão da natureza do saber histórico (LEE, 2006: 136) e no processo de formação de uma “consciência histórica avançada” (BARCA, 2006: 108). São exemplos, os conceitos de “história”, “tempo”, “fonte”, “mudança”, “permanência”, “transformação”.

Quanto aos nossos procedimentos metodológicos, o trabalho de análise se deu principalmente sobre o “corpo” textual do livro, que é a “parte de que o autor é o principal responsável” (MUNAKATA, 1997: 86), mesmo que não seja o único autor.

Através da leitura das obras, fizemos a coleta das proposições históricas presentes nas edições de 1997 e de 2005. Nossas unidades de leituras são os capítulos, dispensando os demais textos complementares. Compilamos todas as proposições dos livros em um banco de dados feito no programa *Microsoft Access 2007*.

A compilação em um banco de dados ajudou a comparar as mudanças e permanências nos conteúdos conceituais entre as diferentes edições. Usamos como indicadores para a extração das proposições:

- 1) as afirmações presentes no título;
- 2) as ideias mais recorrentes;
- 3) os operadores do discurso, mais precisamente os argumentativos de conclusão;
- 4) intervenções tipográficas, como negrito, itálico ou sublinhado, destacando frases ou conceitos no texto. As proposições de cada capítulo, essas serão analisadas através da teoria da análise de conteúdo de Lawrence Bardin (1977)⁶.

Para fins de categorização, consideramos como proposições que veiculam conceitos meta-históricos, aquelas cujo conteúdo apresente a discussão de conceitos considerados essenciais para compreendermos processos de investigação histórica.

⁶ A análise de conteúdo pode ser definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977: 42).

Tais proposições geralmente estão localizadas nas unidades ou capítulos introdutórios das coleções e possuem títulos que apontam para as suas finalidades, como “Introdução a História”, “Reflexão sobre a História”, etc.

Como exemplos de proposições históricas, temos sentenças como: “a escrita da história não pode ser isolada de sua época” (COTRIM, 2005:10). A frase representa uma síntese histórica sobre determinado fenômeno no tempo e espaço, já que divulgam uma interpretação histórica e um conceito.

Nas duas coleções analisadas até o momento, a tendência identificada nos livros didáticos regionais se confirma para as obras voltadas ao Ensino Médio. O quantitativo de proposições mostrou-se baixo, inclusive mais que os livros regionais.

Esse reduzido número de proposições pode ser visualmente confirmado ao abrirmos os livros, que, de uma média de 600 páginas, destacam trechos muito curtos para uma discussão que é considerada tão fundamental ao ensino de História. Nas duas coleções, são destinadas por volta de três a cinco páginas para discussão de conceitos meta-históricos, que é apenas 0,6% do somatório.

Já em relação ao número de proposições, a média, até agora, tem sido de 13 a 15 proposições por livro. Em um quantitativo de 3738 proposições, apenas 1,55% das são destinadas aos conceitos meta-históricos.

Nas duas coleções, de forma geral, foram encontrados sete conceitos meta-históricos, dos quais “História” e “tempo” são os mais usados, rivalizando em número de frequência, com 15 e 18 aparições, respectivamente. Em números relativos, isso corresponde a, respectivamente, 25,9% e 31% das páginas destinadas à discussão de conceitos meta-históricos.

Esses dois apenas concentram mais da metade da discussão. Os demais conceitos, como “interpretação”, “periodização”, “fonte” e, de forma residual, “sujeito histórico” e “passado” dividem entre si, de forma desequilibrada no número de incidências o restante do número de proposições.

Na edição de 2005 da coleção *História das cavernas ao terceiro milênio*,⁷ das 1273 proposições históricas recolhidas, 21 tratam dos conceitos meta-históricos. Em

⁷ A coleção *História das cavernas ao terceiro milênio*, das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, teve a sua primeira edição lançada em 1997, pela Editora Moderna⁷, no formato *volume único*, o que permaneceu até o ano de 2005, com a divisão da obra para o formato de *coleção*, em três volumes. Em relação às autoras, Patrícia Ramos Braick é mestre em História das sociedades ibero-americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professora do Ensino Médio. Já Myriam Becho Mota é mestre em Artes pela Universidade de Ohio, doutoranda em História

valores relativos, isso representa 1,6% do total, uma frequência que pode ser considerada muito baixa.

Na edição de 1997, não existe uma unidade inicial ou capítulo destacado para essa discussão. As três únicas proposições encontradas estão dispersas no capítulo que trata dos conteúdos substantivos referentes à origem do homem e a Pré-História e se repetem na edição aprovada pelo PNLEM, representando 0,3% das 915 proposições.

A inserção de um capítulo destinado aos conceitos meta-históricos acontece na edição de 2005, quando ocorre a divisão da coleção em três volumes. Esse capítulo introdutório possui cinco páginas e nele foram recolhidas 21 proposições, onde são discutidos os conceitos de “história”, “tempo”, “interpretação”, “fonte”, “periodização” e “sujeito histórico” com predominância do conceito de “tempo” e “fonte”.

O conceito de “tempo”, em suas sete incidências, responde por 35% na edição de 2005. Na maioria das proposições, prevalece a ideia de *tempo concebido*, ou seja, enquanto objeto da cultura e está associado à ideia de “cotidiano”, “calendário”, “registros”, “ciclos naturais”, “pluralidade” e “fonte histórica”.

Boa parte desses sentidos está ligada a sua dimensão cronológica, que se resume aos verbos extraídos das proposições: “contar”, “registrar”, “marcar”, “organizar” e “medir”. Apenas duas proposições exploram a noção de “simultaneidade” dos diferentes tempos históricos.

Quanto ao conceito de “fonte histórica”, suas cinco incidências, que representam 25%, estão relacionadas às noções de “tempo”, “diversidade” (escritos, sonoros, iconográficos, orais...), “interpretação” e “patrimônio”, entendido como conjunto de fontes materiais guardadas em instituições públicas ou privadas. Cabe ressaltar também, que em quase todas as proposições, o conceito de fonte se confunde com o de documento histórico.

A “história” em suas três incidências responde por 15% das incidências na forma de “conhecimento” e “interpretação” do passado. Já o conceito de “interpretação” possui três incidências, que correspondem a 15% e aparecem de forma relacional ao

pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e professora do Ensino Médio em Belo Horizonte. Segundo as informações presentes no parecer da coleção que consta no *Guia do livro didático para o Ensino Médio*, a coleção adota a forma integrada de abordar os conteúdos. Segundo a definição do PNLD, uma proposta integrada “oferece concomitantemente a História do Brasil, da América e da História Geral, podendo seguir ou não a ordem cronológica do estabelecimento das sociedades. Contudo, para que haja integração destas histórias, é imprescindível que se estabeleçam relações contextualizadas entre os conteúdos tratados, considerando a simultaneidade dos acontecimentos no tempo e no espaço” (BRASIL, 2008:12).

conceito de “fonte” e “tempo”, remetendo a ideia de “operação historiográfica”, ou seja, o trabalho do historiador atribui sentido aos documentos históricos e ao tempo.

Por fim, aparecem os conceitos de “periodização” e “sujeito histórico”, ambos com 5%. No caso do conceito de “sujeito histórico”, a proposição que o representa é: “Se o sujeito da História é o homem, então ele faz história desde o momento em que surgiu no planeta” (BRAICK e RAMOS, 200:14). Em relação ao conceito de “periodização”, a proposição existente critica a periodização tradicional, porém não expõe outras formas de periodizar.

A centralidade do capítulo inserido na edição avaliada para o PNLEM está no conceito de “tempo”, com maior quantitativo de proposições, que trabalham o tempo histórico em sua dimensão cronológica, apesar de reforçarem a ideia de que ele é objeto da cultura.

O conceito de “fonte” aparece como segundo maior em número de incidências, sendo um dos poucos conceitos que aparece associado a outro, no caso, ao conceito de “tempo”. Os demais conceitos aparecem em frequências muito baixas. Podemos apontar também que, na coleção, poucos são tratados de forma relacional, ou seja, geralmente aparecem discutidos separadamente.

Quanto à coleção *História Global: Brasil e Geral*⁸, mais precisamente a edição de 2002, das 710 encontradas na coleção, 15 foram identificadas como veiculadoras de conceitos meta-históricos, o que representa 2,11% do valor total. Na edição de 2005, esse quantitativo sobe para 20 proposições de um total de 844. Isso contempla 2,3% do total retirado, o que também mostra uma frequência muito baixa. Essa coleção é a que apresenta maior quantitativo de proposições desse tipo em suas duas edições.

Na coleção, ambas as edições possuem um capítulo dedicado exclusivamente a discussão dos conceitos considerados fundamentais ao trabalho do historiador e que

⁸ A coleção *História Global: Brasil e Geral*, de Gilberto Vieira Cotrim, teve a sua primeira edição lançada em 2002 pela editora Saraiva no formato de volume único com 528 páginas. A obra é destinada ao Ensino Médio e adota a proposta tradicional de organização dos conteúdos conceituais. Tal escolha está explícita tanto na síntese avaliativa da obra (BRASIL, 2008:76) como pelo próprio autor no primeiro capítulo da obra ao afirmar que “nenhuma periodização é plenamente adequada para tratar um tema tão amplo como a História Geral” e que, portanto, a adoção da periodização tradicional por “referencial importante” e ainda “largamente utilizada” (COTRIM, 2002: 10). Gilberto Vieira Cotrim é graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie. Além disso, possui formação na área do Direito e Filosofia. Cotrim já possui experiência anterior com o processo avaliativo do PNLD com as coleções *História – Nova Consciência e Saber e fazer História*, ambas voltadas para o Ensino Fundamental (5^a/6^o a 8^a/9^o série/ano). Além disso, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Livros Educativos (ABRALE)⁸ entre os anos de 1994-1996.

somadas registraram 35 proposições. Na edição de 2002, nas 15 proposições encontradas figuram os conceitos de “História”, “interpretação”, “periodização” e “passado”. A discussão está situada no capítulo 1, intitulado “Reflexão sobre a História”, que abrange das páginas 8 a 11.

O conceito de “História” possui destaque no quantitativo geral respondendo por 46,67% das incidências e, em suas sete proposições, a História é uma forma de “conhecimento” (que é a citação mais frequente), “escrita/historiografia”, “lugar social” e “reflexão”. A “História” no conjunto das proposições é entendida como um conhecimento do homem sobre o homem e, por isso mesmo, marcado pela subjetividade e diversidade.

O conceito de “periodização” é o segundo em número de incidências, respondendo por 26,67% das proposições. Nas proposições, periodizar é "indicar", "demarcar" e "apontar" períodos no tempo (COTRIM, 2002:9), ou seja, é parte do trabalho interpretativo do historiador. Além disso, registra-se a crítica à “periodização tradicional”, porém, mais uma vez, sem apontar alternativas.

Quanto ao conceito de “interpretação”, ele responde por 20% das incidências. Em suas três proposições, surge ligado à noção de “historicidade” e “lugar social”, ou seja, o trabalho do historiador não está separado do tempo em que ele vive e as experiências do passado não podem ser aplicadas diretamente ao presente, mostrando o caráter provisório de suas conclusões. De forma residual, registramos a incidência do conceito de “passado”, com apenas um registro que discute a sua relação com o presente.

Já na edição de 2005, as 20 proposições encontradas são discutidas na unidade inicial intitulada “Refletindo sobre história”. Nela são acrescidos os conceitos de “tempo” e “fonte”. Mas são os conceitos de “História” e “tempo” que ganham destaque na obra, ocupando 75% do quantitativo total.

A aparição do conceito de “História” é marcada por uma queda de 46,7% para 25% da edição de 2002 para a de 2005 e pela dispersão, porém, ganhando em diversidade, na qual a polissemia do conceito é reforçada. Assim, a História é “conhecimento”, “ficção”, “escrita” (marcada por um lugar social) e “experiência individual”.

Porém, apesar dessa diversidade, uma busca em nosso banco de dados mostrou que “História”, no transcorrer do texto, evoca um uso diferente, referindo-se a

acontecimentos (como “a maior greve da História”, “a mais longa revolta da História”, etc.) e a trajetória de povos e instituições no tempo (como “a História da Administração Colonial”, “a História do povo hebreu”).

Novamente, repete-se o que foi levantado na coleção *História das cavernas ao terceiro milênio*, que é a discrepância entre as concepções de História presentes no capítulo inicial e no texto didático.

Já o conceito de “tempo”, recebe um grande incremento e passa da inexistência na edição de 2002 para 40% do número de registros. Da mesma forma como na coleção *História das cavernas ao terceiro milênio*, o “tempo” é compreendido como algo concebido, que pode ser tanto vivido como medido e organizado. No entanto, está associado majoritariamente à concepção cronológica, onde o tempo é “cotidiano”, “unidades e formas de medida” (a mais citada, como calendários, relógio, etc.), “cronologia” e “natureza”.

Quanto aos demais conceitos meta-históricos, “interpretação”, “fonte” e “periodização” registram baixas frequências em relação aos outros. Mais especificamente em relação à “fonte”, que não aparece na edição anterior, registramos nas duas proposições a referência à variedade de fontes disponíveis ao historiador. No conceito de “interpretação”, repete-se a tendência de considerar a provisoriedade das conclusões dos historiadores.

Na “periodização”, mantém-se a tendência de entender o ato de periodizar como algo que depende de quem a executa, ou seja, é componente do trabalho interpretativo do historiador. Além disso, persiste a crítica à noção de “periodização tradicional”.

Levando em consideração que essa coleção apresenta a discussão de conceitos meta-históricos nas duas edições, é de grande utilidade a comparação entre as proposições para saber o nível da mudança nas proposições. Os conceitos que se repetem são os de “História”, “periodização” e “interpretação”.

É possível perceber pela leitura das proposições que quase nenhuma se mantém idêntica de uma edição para outra. Mas, mesmo que literalmente diferentes, as proposições divulgam interpretações semelhantes.⁹

Por exemplo, nas duas edições da obra se mantém o consenso de que a História é conhecimento/saber cuja função é “compreender” as sociedades humanas no tempo. Sua

⁹ As transcrições das proposições estão disponíveis nos anexos da dissertação.

pesquisa é constante e sua escrita não está isolada de uma época. A “interpretação”, ou seja, o trabalho do historiador depende do lugar social de quem escreve e suas conclusões são provisórias. Em relação ao ato de recortar o tempo, essa é considerada uma tarefa subjetiva e ressalta as críticas à periodização tradicional.

Assim, as permanências não se expressam necessariamente de forma literal no texto através de proposições iguais. O que vale é as interpretações que os conceitos mantêm de uma edição para a outra.

A coleção *História Global: Brasil e Geral* repete tendências identificadas na coleção anterior. O conceito de “tempo” passa da inexistência à centralidade na coleção. Repetem-se as baixas frequências dos demais conceitos com exceção de “História”, que se mantém entre as edições. Além disso, há poucos conceitos discutidos de forma relacional.

Comparando os conceitos nas duas coleções, os conceitos são quase os mesmos. Em *História das cavernas ao terceiro milênio*, na edição já avaliada pelo programa, aparecem os conceitos de “História”, “interpretação”, “fonte”, “tempo”, “periodização” e “sujeito histórico”. Na edição de 2002 da coleção *História Global: Brasil e Geral*, os conceitos presentes são: “História”, “passado”, “interpretação” e “periodização”. Na edição de 2005, são acrescentados os conceitos de “fonte” e “tempo”.

Além da baixa e desequilibrada frequência dos conceitos e das semelhanças entre as coleções, podemos apontar ainda a ausência no texto principal de alguns outros conceitos que são considerados essenciais pelas prescrições contidas no edital do PNLEM, como “historicidade”, “permanência”, “mudança”, “identidade”. Não há uma discussão sobre tais conceitos nos capítulos iniciais, porém eles aparecem no decorrer das obras, mediando a compreensão de alguns conceitos substantivos e não como reflexão que os caracterize como meta-históricos.

Um exemplo é o sentido que a palavra “História” adquire no decorrer do texto. Ela aparece predominantemente ligada à trajetória de Estados, povos e instituições, como a “História do México”, “História do povo árabe”, “História da sociedade”, “História da humanidade”. Esse exercício pode ser feito com todos os conceitos, como, por exemplo, “historicidade” e “mudança”. A sua presença ocorre no transcorrer da edição e faz referência a outros conceitos substantivos.

A baixa incidência também é encontrada na análise realizada por Itamar Freitas (2009) das obras de História Regional avaliadas e distribuídas pelo PNLD de 2007. O

trabalho mostra que o conceito de “historicidade”, por exemplo, aparece fazendo referência a artefatos, pessoas, grupos e instituições, mas não como parte do conhecimento histórico (FREITAS, 2009: 44).

Assim, no caso das coleções analisadas nesse trabalho, “historicidade”, “mudança”, “permanência”, “memória” e “identidade” não figuram nas unidades iniciais, que são o espaço no qual os conceitos de “segunda ordem” podem ser discutidos no texto principal. Eles aparecem dispersos nas proposições ao longo das obras e possuem papel secundário, atrelado à discussão de conceitos substantivos como “imperialismo” ou “nação”, por exemplo.

Isso que mostra que a categorização entre conceitos meta-históricos e substantivos não é e nem pode ser tratada de forma estanque. Muitas vezes, um conceito meta-histórico pode transitar entre essas duas classes, intermediando a compreensão de seres, objetos, fenômenos e instituições no tempo e no espaço.¹⁰

Esse panorama serviu para mostrar que, com a avaliação do PNLEM, houve um acréscimo na quantidade numérica de proposições meta-históricas existentes nas duas coleções. Em *História das cavernas ao terceiro milênio*, elas passam da inexistência para a presença em um capítulo próprio.

Já na coleção *História Global: Brasil e Geral* existe, na edição anterior e posterior ao processo avaliativo, um capítulo sobre tais conceitos. A diferença está no aumento no número de proposições, mas os conceitos entre as duas coleções são praticamente os mesmos.

Como conclusões desse trabalho sobre as mudanças e permanências nos conceitos meta-históricos presentes nos livros didáticos de História para o Ensino Médio, podemos afirmar que as coleções didáticas de História analisadas antes e depois do processo avaliativo do PNLEM são caracterizadas muito mais pelas permanências do que pelas mudanças em seus conteúdos conceituais meta-históricos. As mudanças estabelecidas pelo programa para os conceitos de “segunda ordem” são pontuais.

O conceito de “tempo” é o mais importante nas duas coleções, seguido de “História”. Mesmo que alguns conceitos desapareçam ou diminuam entre as edições, “tempo” e “História”, se não existem, passam a existir e se existem, se mantêm entre as

¹⁰ Porém, o foco do nosso trabalho não está na aplicação que tais conceitos adquirem em relação a outros, mesmo que seja uma interessante possibilidade de análise perceber quais são os conceitos substantivos que possuem a sua discussão mediada por conceitos *meta-históricos* no decorrer da obra. Estamos considerando para codificação apenas a sua aplicação no papel de responsáveis por ajudar os alunos do Ensino Médio a compreenderem o trabalho do historiador.

edições. Entre as duas coleções de diferentes propostas curriculares, os conceitos meta-históricos destacados como importantes são praticamente os mesmos.

Dentre os conceitos selecionados como importantes para o conhecimento histórico pelo edital do PNLEM, “tempo” (e correlatos como mudança/permanência, passado/presente, periodização, entre outros) e “História” também se destacam.

Os autores destacados já conheciam as prescrições governamentais, visto que ambos já haviam publicado coleções para o Ensino Fundamental. Porém, a influência desse conhecimento não altera a escrita dos autores em relação aos conceitos meta-históricos presentes nos capítulos iniciais.

Em ambas as coleções, estão presentes os mesmos conceitos. A diferença é que em *História das cavernas ao terceiro milênio*, a inserção de um capítulo introdutório que trabalhe conceitos meta-históricos mostra que as autoras, por orientação das editoras ou não, atenderam à necessidade de introduzir tais conteúdos aos alunos.

Já em *História Global: Brasil e Geral*, que é a única coleção que possui capítulos introdutórios e trabalho com seções nas duas edições, é possível perceber pela pouca alteração nos conceitos que o acréscimo dos conceitos meta-históricos já se considerava importante. A exceção está apenas na entrada maciça da discussão sobre o “tempo”.

Podemos afirmar, portanto, que as prescrições conceituais do PNLEM não são capazes de garantir a presença efetiva dos conceitos considerados mais importantes pelo programa. Para além do suposto efeito normativo da “cultura avaliativa” atribuída ao PNLEM, a escrita didática da História possui aspectos que ainda são difíceis de confinar. A força atribuída às políticas públicas para ditar as alterações nos conteúdos dos livros didáticos deve ser relativizada.

Referências Bibliográficas

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. In: *Educar em Revista*. Curitiba, n.1, p. 93 – 110, jan. 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Hölien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da qualidade – PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 27-53.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 2, p. 177-254, 1990.

COLL, César; POZO, Juan Ignacio; SARABIA, Bernabé; et al. *Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COOPER, Hilary. *Didáctica de la historia en la educación infantil y primaria*. 2. ed. Madrid: Morata, 2002.

_____. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. *Educar em Revista*. Curitiba, n.1, p. 171-190, jan. 2006.

FREITAS, Itamar. As histórias que contam os livros didáticos de História regional. In: _____. *História Regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 25-54.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História: livro didático ensino no Brasil (1970-1990)*. São Paulo: Edusc, 2004.

KNAUSS, Paulo. Por onde anda a História na atualidade da escola: Ensino Médio, Livros Didáticos e Ensino de História. In: ROCHA, Maria Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 293-308.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: aspectos teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.134-146, 1992.

LEE, Peter. *Caminhar para trás em direção ao amanhã: a consciência histórica e o entender a história*. Disponível em: <<http://www.cshc.ubs.ca/viewabstract.php>>. Acesso em 1 de ago. 2010.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo, 1997.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. (Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A avaliação de Livros didáticos no Brasil – Por que? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 15-25 .

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Abordagens metodológicas nos livros didáticos de História – Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) (Brasil 1997-2007). In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007. p. 37-52.

FONTES

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o ensino Médio- PNLEM/2007*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2005.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio PNLEM/2008: História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: História / Ministério da Educação*. — Brasília: MEC, 2007.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História das cavernas ao terceiro milênio*. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 1997.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História das cavernas ao terceiro milênio: Das origens da humanidade à reforma religiosa na Europa*. Volume 1. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XIX*. Volume 2. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História das cavernas ao terceiro milênio: Da proclamação da República no Brasil aos dias atuais*. Volume 3, 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. Volume único. 1ª edição. São Paulo: Saraiva 2002.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. Volume único. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.